



1. Objeto:

1.1. Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de persianas.

1. Objeto:

1.1. Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de persianas.

2. Local de Entrega e instalação das persianas;

2.1. As persianas para a 26ªZE(Serra) e 32ªZE(Vila Velha) deverão ser entregues e instaladas nestes cartórios, as demais deverão ser entregues no edf. sede do TRE-ES, Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória, ES e não há necessidade de instalação.

3. Especificação do Material e Serviço:

3.1. Todas as persianas deverão ser verticais, possuir sanefa e lâminas em PVC lisas na cor cinza, com 89 mm de largura e espessura mínima de 0,75 mm, traspasse de no mínimo 15 mm, corrente na base das lâminas em aço inoxidável ou PVC, lâminas montadas em trilho de alumínio branco ou anodizado e tampas de arremates laterais em plástico injetado, sistema de giro 180 graus, carrinho transportador da lâmina em acrílico autoalinhável e giratório, com redutor tipo catraca, acionamento de recolhimento através de cordões de poliéster com no mínimo 2,00 mm de diâmetro e acionamento de giro através de corrente;

3.2. As persianas com mais de 2,30 m de comprimento poderão ser divididas em dois ou mais conjuntos completos;

3.3. As persianas deverão ser homogêneas entre si e não poderão apresentar divergências com relação à tonalidade e cor;

3.4. Fornecer, para cada conjunto, os suportes (cantoneiras) para fixação dos trilhos, bem como parafusos e buchas;

3.5. Cada conjunto (lâminas, parafusos, cantoneiras, trilho com puxadores e sanefa) deverá ser acondicionado em embalagem individual, devidamente identificada com as dimensões e local, conforme informações contidas no item 4.

3.6. As persianas serão instaladas e as antigas desinstaladas, pela contratada, sem ônus para a contratante(26ªZE(Serra) e 32ªZE(Vila Velha);

3.7. As persianas desinstaladas deverão ser acondicionadas, para fins de baixa patrimonial.

4. Quantitativo e Dimensões:

4.1. Medidas dos vãos das janelas onde as persianas deverão ser instaladas:

Item	Local – 26ª ZE	Comprimento do vão	Altura do vão*
01	Sala - chefia	3,74m	1,76
	Local - 32ªZE		
02	Sala 1	1,43m	1,06m
03	Sala 2	1,43m	1,06m
04	Sala 3	1,43m	1,06m
	Local - 18ªZE		
05	Sala 1	2,00m	2,60m
06	Sala 2	2,00m	2,60m

	Local - 19ªZE		
07	Sala 1	1,20m	1,00m
08	Sala 2	1,20m	1,00m
09	Sala 3	1,20m	1,00m
	Local - 39ªZE		
10	Sala 1	1,35m	2,75m
11	Sala 2	3,75m	2,75m
12	Sala 3	5,44m	2,75m
13	Sala 4	5,76m	2,75m

* medida da altura: considerando todo o conjunto acabado (lâmina+trilho+sanefa+cantoneira+folga de 1cm na base) – medidas em metros.

5. Obrigações da Contratada:

5.1. Confeccionar as persianas dentro das especificações constantes neste Termo de Referência;

5.2. O objeto deste termo deverá ser prestado obrigatoriamente pela contratada, não se admitindo subcontratação, transferência no todo ou partes da obrigação assumida;

5.3. Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual devidamente assinado em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo;

5.4. A não manutenção da proposta ou o descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração;

5.4.1. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual equivale à recusa em assiná-lo.

6. Prazo de Execução dos Serviços:

6.1. As persianas deverão ser entregues e instaladas no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do instrumento contratual ou da confirmação do recebimento da nota de empenho;

6.2. Substituir às suas expensas tudo quanto por impugnado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo máximo de execução dos serviços ou a partir da data do recebimento pela Contratada da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem lhe seja mais favorável.

7. Da Garantia:

7.1. As persianas deverão ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir do aceite da Nota Fiscal pela contratante.

8. Das Penalidades:

8.1. Tabela

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Valor de incidência da multa
Atraso na entrega/execução	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Atraso na reparação	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Prazo excepcional	0,5%	20	10%	Objeto em atraso

de execução ou reparação				
Inexecução total ou parcial	-	-	30%	Objeto inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-	-	0,5%	Total do contrato

8.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega/execução ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item 8.1.

8.3. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido, em uma única ocorrência – na entrega ou na substituição, no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto em atraso, até o 20º (vigésimo) dia, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista no item 8.1.

8.4. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la.

8.5. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

8.6. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

8.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

8.8. A contagem do prazo estabelecido no item 8.2 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega/execução ou da substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

8.9. A contagem do prazo estabelecido no item 8.3 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no item 8.2, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

8.10. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

8.11. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

8.12. A não manutenção da proposta ou o descumprimento do prazo para a

assinatura do instrumento contratual/nota de empenho implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.

9. Da Visita Técnica:

9.1. As empresas poderão efetuar visita técnica para auxiliar na elaboração das propostas.

9.2. Não serão aceitos orçamentos complementares, portanto, recomendamos a visita técnica antes da elaboração da proposta.

10. Da Proposta:

10.1. A contratação será GLOBAL, porém, a proposta deverá discriminar o valor por cada item a ser instalado.

10.2. Em toda proposta a mão de obra deverá estar inclusa.

10.3. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

11. Do Pagamento:

11.1. A contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente a apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade;

11.2. A contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

11.3. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

12. DA LEI nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais):

12.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, a Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência da Contratante.

Vitória, 21 de Julho de 2022.

Alkindar da Silva Spala
SMCST/TRE-ES